

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.567 - RS  
(2019/0172328-3)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**  
**ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694**  
**JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241**  
**BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192**  
**AGRAVADO : GENISSON SILVA DE MELLO**  
**ADVOGADOS : REGIS ELENIO FONTANA - RS027389**  
**TAMIM FRANCISCA REIS - RS064678**  
**GABRIELA TAVARES GERHARDT BLANCK - RS068622**  
**PAULA SIMÕES LOPES BRUHN - RS078260**  
**RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039**  
**DIOGO PICCOLI GARCIA E OUTRO(S) - RS106022**  
**AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : DANIEL BARBOSA LIMA FARIA CORREA DE SOUZA -**  
**RS065085**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PATROCINADOR. DECISÃO DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. EXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO A JUSTIFICAR INCLUSÃO DO PATROCINADOR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 282/STF. AGRADO DESPROVIDO.

1. "O patrocinador não possui legitimidade passiva para litígios que envolvam participante/assistido e entidade fechada de previdência complementar, ligados estritamente ao plano previdenciário, como a concessão e a revisão de benefício ou o resgate da reserva de poupança, em virtude de sua personalidade jurídica autônoma" (AgInt no AREsp 1.531.760/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe de 19/11/2019).

2. Estando a decisão de acordo com a jurisprudência desta Corte, o recurso especial encontra óbice na Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente) e

# *Superior Tribunal de Justiça*

Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator